

“MATAR BANDIDO NÃO É SERVIÇO SOCIAL?”: CULTURA POLÍTICA E JUSTIÇAMENTOS EM UMA PERIFERIA FLUMINENSE

Linderval Augusto Monteiro *

RESUMO:

O presente artigo descreve as disputas entre dois líderes populares atuantes na região da Baixada Fluminense. O foco das disputas foi a criação de um movimento comunitário por um desses líderes, visualizado pelo outro como perigoso por fazer parte de um grupo de extermínio e por oprimir a população dos bairros. Essas disputas servem como ponto de partida para discutir as relações entre os justiçamentos, as ausências públicas e as práticas políticas levadas adiante pela população proletária habitante da região.

PALAVRAS-CHAVE: *Baixada Fluminense. Cultura Política. Justiçamentos.*

Difícil analisar a violência do Brasil urbano sem que faça parte das explicações para a perturbadora situação desse início de século a intensificação do tráfico e consumo de drogas, principalmente nas grandes metrópoles da região Sudeste. O tráfico, especialmente de cocaína, torna-se o motivo mais visível de quase todos os problemas enfrentados pela população nestas áreas (LEEDS, 1998, p. 233-276).

É elementar que fatos como a enorme diferença entre pobres e ricos, o crescimento exagerado e rápido de nossas principais cidades, as condições climáticas adversas da região Nordeste do país e a longa ditadura militar, que

* Professor do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lindervalmonteiro@uol.com.br.

POLITEIA: Hist. e Soc.	Vitória da Conquista	v. 7	n. 1	p. 205-241	2007
------------------------	----------------------	------	------	------------	------

colocou em contato nas prisões do país criminosos comuns e opositores políticos do regime de 1964, sejam elementos de fundo das explicações sobre a violência urbana brasileira. No Rio de Janeiro diversas explicações adicionam, a esses elementos pré-existentes à insegurança urbana desse início de milênio, a existência das favelas. Localizadas exatamente nos locais para os quais a cidade expandiu-se e teimando em crescer mais rapidamente que toda a Região Metropolitana (VALLADARES, 2005, p. 139), as favelas teriam inviabilizado todas as medidas preventivas ao seu desenvolvimento, possibilitando, desde o início do século passado, a criação de um universo social próprio nos morros e planícies vazias da cidade. Este fenômeno culminou com a sujeição de grande parte da população desses locais periféricos da cidade, transformada em reféns dos traficantes, que hoje gerenciam violentamente seus negócios e a vida dos moradores proletários com a finalidade de manter o isolamento de suas áreas e a ínfima estabilidade do comércio de drogas, constantemente ameaçado por outros traficantes ou autoridades policiais (ALVITO, 1998, p. 181-208).

Mas, e quanto à Baixada Fluminense? Este modelo geral, aplicável, com certas adaptações, a qualquer periferia urbana brasileira desse início de milênio, pode ser exemplificado por episódios ocorridos ali?

Sem dúvida, a aceleração geral da violência urbana refletiu-se na forma como, tradicionalmente, os próprios moradores da Baixada enxergam as relações entre a sua região e os inumeráveis episódios violentos que marcaram profundamente a opinião nacional acerca da Baixada Fluminense. Para os moradores, entretanto, não existe a percepção desta como uma região violenta ao extremo. Ao contrário disso, o município do Rio de Janeiro é percebido como o local ao qual se deve temer, como destaca um desses moradores:

Você vê só como a coisa é: usar um banco aqui é f... Se fosse lá em baixo [Rio de Janeiro] tinha um monte de caixa, mas aqui é isso. Você tem que ficar nessa fila e só tem a caixa, mas nenhuma funciona. A única vantagem daqui é a violência que não tem. Pelo menos isso a gente é melhor que eles lá de baixo, por enquanto.¹

Decerto não são muito precisas, hoje, as informações sobre como os moradores percebiam a região quanto à violência em tempos passados, na época mesma da colonização proletária. O novo *status* da Baixada Fluminense como

1 Geraldo Magela Almeida: entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006. Em geral, identificamos os entrevistados neste trabalho com seus nomes verdadeiros, salvo alguns casos em que o entrevistado solicitou a omissão de sua identidade.

um local “tranquilo” parece dever-se tanto ao maior destaque que, a partir dos anos 1990, o município do Rio de Janeiro passou a ter na mídia nacional como “cenário de guerra civil”, quanto com a desaceleração do ritmo de assassinatos na Baixada. As falas de moradores de bairros periféricos revelam quase sempre a crença de que violência é algo traduzível pelo número de corpos nas ruas.

Um menor número de cadáveres, aliado à inexistência de disputas cotidianas entre bandos de traficantes e à não ocorrência de vítimas de balas perdidas, parece opor o início do século atual à época do encontro diário de muitos corpos pelas ruas dos bairros proletários, muito embora os números oficiais continuem a informar que a região possui um índice de assassinatos elevado (RIBEIRO et al, 2006).

Em outro depoimento, a seqüência “tranqüilidade”, “covardia”, “tranqüilidade” mantém-se, porém relaciona-se com o número de habitantes do bairro:

Se eu vejo diferença? É assim. Antes, quando eu cheguei [1961], era muita tranqüilidade. Com o tempo foi chegando mais gente e aí é que foi mudando. Foi aparecendo mais gente e aí foi aparecendo covardia. Gente morta aí por nada, por uns animal que matava assim, sem motivo mesmo. Depois começou a aparecer muito defunto desconhecido por aí. Você saía pro serviço e deparava com morto aí nas rua... era uns cara que ninguém nunca tinha visto aqui. Isso era em 1970, setenta e pouco. Agora não. Agora é tranqüilo mesmo. Quer dizer, tem uns morto aí de vez em quando, mas tem mês que passa sem nem um morto. Agora o que morre num ano é o que morria num final de semana. Num carnaval eu já vi morrer aqui uns doze só nos dias da festa.²

A idéia parece ser a de que a pequena quantidade de pessoas em um bairro faz com que ele se assemelhe com o local de origem dos migrantes, que tentam reconstruir suas vidas nesse novo e estranho lugar. Longe no tempo, esse momento pioneiro de ocupação surge, nos discursos populares, de forma idealizada e oposta aos anos em que o bairro já possuía um número maior de moradores, mas em que sobressaíam ainda os terrenos vazios.

Neste momento – localizado pelo entrevistado nos anos finais da década de 1970 e em toda a década de 1980 – a novidade surgida é a presença de grupos de homens ostensivamente armados e responsáveis pelos assassinatos constantes de ladrões, que invadiam as casas pouco protegidas e furtavam objetos essenciais

2 Carlos Luiz Ferreira. Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2006.

como botijões de gás de cozinha, rádios e aparelhos televisores. O início do consumo de maconha aparece como a principal causa desses furtos e todos os envolvidos nos episódios são moradores do próprio bairro, menores de idade ou indivíduos jovens geralmente chamados de “vagabundos”:

A minha família é a mais antiga desse bairro aqui. Quando a gente chegou não tinha nada ainda não, era tudo mato e não dava nem mesmo pra gente ver assim as ruas que tinha passado a máquina. Isso era em 1957, tem quase 50 anos. Eu tinha vinte e poucos anos... 24 anos. Como era tudo mato eu fui dando um jeito de plantar no meu lote e nos terreno do lado e fiz horta grande. Dava pra alimentar a gente tudo. E também fui criando criação, assim, galinha, porco, tinha um cavalinho e umas vaquinha. Eu fazia de tudo um pouco, vendia verdura, leite e eu tinha uma carroça pra levar as coisa assim pra esses bairro aí de fora que tinha mais gente que aqui e dava o meu jeito [...] Nessa época aqui era tranqüilo, era roça mesmo. Só dava de vez em quando um ladrão de galinha ou menino que roubava as fruta, mas era só. Depois foi aumentando muito o bairro, eu fui perdendo os terreno pra plantar, fiquei plantando só no meu e em outro aqui de perto. Vendi as vaca, matei umas e passei a fazer frete com os cavalo porque não dava pra ninguém entrar aí dentro de carro, e carro só de carroça. Aí sim a coisa foi ficando violenta. Era muito malandro, tudo junto e fumando fumo e fazendo as covardia. Se não era as polícia mineira que tinha sempre, era difícil agüentar. Eles matava, mas aparecia mais e aí aparecia muito defunto. Só foi melhorando mesmo quando foi crescendo mais e foi aparecendo mais coisa, assim asfalto, clube, posto de saúde. Aí foi acabando os roubo demais e também foi normalizando esse negócio de extermínio. Agora morre, mas a gente nem sabe quem mata. Um dia desses eu fiquei bobo. Mataram um ali em cima do morro, ali pra cima, e botaram fogo. Eu só fui saber depois de uma semana pelo jornal. Não é mais que nem antes que a gente conhecia o matador. A gente sabia que era gente daqui mesmo, as vez trabalhador, pedreiro, que também matava. Agora eu nem conheço mais os morador, muito menos os bandido e os matador de bandido. Ficou mais inseguro, você pode ser assaltado a qualquer hora e nem tem pra quem reclamar. Antes não, você era roubado, ia reclamar e o seu bujão, sua televisão voltava. Agora você não vê nunca mais.³

As “polícias mineiras”, ou grupos de extermínio, entram pela primeira vez em cena, segundo este entrevistado, em finais da década de 1970.

Perceptíveis são, nesta e em tantas outras respostas, as memórias referentes aos grupos de extermínio e o entendimento de que os “matadores de

3 Manoel da Silva Prado. Entrevista concedida em 30 de novembro de 2005.

bandidos” não são também bandidos. A visão de corpos baleados, esfaqueados ou estripados e espalhados pelas ruas não pavimentadas, amarrados a mourões de cercas, queimados ou esartejados em terrenos vazios, habita ainda as memórias destes moradores mais antigos.

Os justicamentos surgem, apesar das lembranças incômodas, como inevitáveis, e como a única maneira de controlar o estoque dos “ladrões” e “fumadores de maconha” que ameaçavam a tranqüilidade do antigo microcosmo rural construído pelos migrantes.

Se, nos outros dois locais de moradia de proletários – as favelas e conjuntos habitacionais cariocas invadidos –, as memórias dos mais antigos moradores sobre o seu local de habitação relacionam-se com a luta contra os perigos da remoção e, portanto com a presença incômoda do Estado, na Baixada Fluminense, um mundo à parte formou-se desde a colonização proletária, e compôs, neste mundo isolado, a figura do justiceiro-matador-de-bandidos.

Enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970 um favelado carioca preocupava-se com a invasão, queima ou derrubada de seu barraco – necessariamente feito de papelão, resto de madeira ou folha de flandres – pelas forças policiais, na Baixa Fluminense o proletário migrante construía sua casa precária – mas de alvenaria e sobre seu próprio lote – distante de quaisquer ações estatais, e preocupado em não deixar seus filhos desviarem-se do “caminho do bem”, fumando maconha ou praticando pequenos roubos, porque isso seria a senha para que “matadores da área” entrassem em ação eliminando o “mal pela raiz”.

Eu vim do Nordeste na década de 1960. Eu fui pra favela do Caju, só que me expulsaram de lá assim que eu cheguei. Eles botaram fogo no meu barraco quando não tinha ninguém lá, graças a Deus. Até hoje eu não sei quem foi o filha da puta que fez isso. Eu queria me vingar, levantar outro barraco e tudo, mas minha mãe me convenceu e eu vim pra cá. Aqui eu casei e tive os meus filho todos. Aqui era diferente demais de lá de baixo. Aqui eu vi muita covardia, mas também a gente vivia mais junto no início. Não tinha nada de ninguém querendo derrubar a sua casa, querendo te vender um pedacinho de terreno por um preço não. Aqui se você ocupava um terreno sem ter escritura, isso não dava em nada não. Você tinha seu direito respeitado e você só tinha que tomar cuidado pra não falar mal da vida dos outro e de não deixar seus filho se desencaminhar porque aqui se seu filho perde a linha e se desencaminha tem sempre um pra cortar o mal pela raiz. A vida é mais fácil aqui, mas você tem que tomar mais cuidado só com a criação dos seus filho.⁴

4 Geraldo Magela Almeida. Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006.

Presentes em todos os municípios da região, os grupos de extermínio ou justiceiros isolados se afirmaram por meio de suas ações geralmente exemplares – ações profanadoras dos corpos, que deveriam mostrar o resultado da fuga do “bom caminho” através das marcas de tortura que fazem equivaler um cadáver a uma mensagem: “matar é pouco”. Um corpo precisa carregar em si “recados” para os outros “malandros”:

Você não acha que eu ia matar alguém só por matar. Eu não sou nenhum monstro não. Se eu matava era pra livrar o lugar de malandragem, de safadeza. Por isso você tem que matar e botar fogo, abrir o sujeito, enfiar pedaço de madeira no c... do cara, ou arrancar o p... pra mostrar que ele era um filho da puta que não prestava. Estuprava criança e tal. Se você só dá um tiro, você não dá recado pros outro e o serviço não tem o mesmo valor. Você tem que ver que matar é pouco. Eles têm que sofrer. Eu só dava tiro quando não tinha jeito, quando tinha gente por perto e não dava pra pegar o cara vivo pra fazer o trabalho, aí era só [imitação do barulho dos tiros] e pronto.⁵

Poucos dados podem ser analisados quando se trata de identificar o começo da “cultura de violência” ligada aos grupos de extermínio na Baixada Fluminense. Certo é que os assassinatos se intensificaram na década de 1980, e tantos eram os cadáveres e matadores anônimos que personagens foram criados para personalizar os justiceiros que agiam na Baixada.

Dentre esses justiceiros estilizados o mais famoso, foi sem dúvida, o “Mão Branca” que, bem ao estilo dos justiceiros entrevistados por mim, entendia a sua missão como pedagógica e higiênica. Violava às vezes os corpos e sempre deixava recados que relacionavam o assassinado a algum tipo de crime. Sabe-se hoje que o personagem “Mão Branca” foi uma criação de profissionais da seção policial do jornal carioca **Última Hora** e que, a partir da criação do personagem, ele ganhou vida própria, passando os componentes de grupos de extermínio a escreverem cartazes que jogavam sobre suas vítimas, identificando o assassino e desqualificando o assassinado, além de ligarem para as redações de jornais populares informando os locais onde corpos poderiam ser encontrados (LOUZEIRO, 1997).

O fato do criador do personagem “Mão Branca” ter perdido o controle sobre a sua criatura, logo após as primeiras aparições do justiceiro anônimo no jornal **Última Hora**, é bem evidenciado pelas inúmeras cartas que chegaram

5 Azevedo. Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006.

à redação ao longo do ano de 1980 – cartas em que os leitores apoiavam a ação do matador – e, também, pelas ameaças que os profissionais do jornal passaram a sofrer quando decidiram não mais publicar manchetes referentes às ações do personagem ficcional. O “Mão Branca” passou a sintetizar a necessidade da “limpeza” da Baixada, povoando as conversas diárias sobre a violência na região que, durante os anos 1980, experimentava um crescimento populacional constante. Atuantes em bairros populares onde a oposição “vagabundos” *versus* “trabalhadores” aumentava a olhos vistos, o “justiceiro do bairro” funcionava como o substituto imediato do Estado nas questões referentes à segurança pública.

Nenhum “trabalhador” imaginaria reclamar por um assalto ou pela cobrança de “pedágio” aos policiais porque simplesmente não havia policiais. O primeiro, e quase sempre único, acionado era o “justiceiro do bairro” que, atuando sozinho ou em grupo, cuidava da “limpeza do lugar”, não deixando “vagabundo se criar” e afastando dali “qualquer coisa errada, tipo maconha e estupro”. Enfim, não é difícil perceber, se acreditarmos nos discursos populares, que a vida em bairros onde inexistiam justiceiros seria “muito mais difícil”, principalmente porque os “vagabundos” ameaçariam tanto os poucos bens quanto a vida dos “trabalhadores”.

Não se trata, então, de uma relação de submissão da população pelo medo aos grupos de matadores ou uma relação em que, sem críticas, os moradores mitificaram seus “protetores”. Bastantes diversas são as relações quando o foco de observação é afastado das várias visões panorâmicas existentes sobre o fenômeno dos justiça em baixadenses.

Sob luzes mais fortes algumas realidades são mantidas, porém, sob tais luzes, surgem matadores percebidos de formas várias pelos moradores de bairros periféricos. Aparecem membros da própria comunidade que se notabilizam por eliminar bandidos e que usam o sucesso advindo dos justiça para se consolidar como líderes comunitários locais preocupados em resolver questões mais presentes, como a improvisação de serviços básicos ou a criação de estratégias de resolução de problemas diversos, inerentes ao precário gerenciamento popular dos espaços públicos.

Percebi, ao longo dos anos de pesquisa sobre a Baixada Fluminense, que existe uma tendência de justiceiros (ou ex-justiceiros, segundo os envolvidos em justiça entrevistados por mim, que admitiam a prática, mas nunca

no presente) transformarem-se em líderes comunitários, bem como outra, de líderes comunitários que se esforçam para se aproximar de justiceiros ou que procuram se afirmar como tal, mesmo que seus vizinhos não testemunhem afirmativamente sobre a sua condição de matador.

Esses comportamentos afiguram-se como sinais de que a reprovação à ação dos grupos de extermínio não partia das próprias pessoas que conviviam com estes mesmos grupos ou com os justiceiros isolados. É comum o caso de moradores de áreas subitamente atingidas por um excesso de opressão de bandidos lamentarem a inexistência de justiceiros, agindo no sentido de atrair a ação de matadores atuantes em bairros vizinhos, como exemplifica o relato abaixo:

De uma vez, a gente passou aqui a ter muito assalto, invasão nas casa, e teve uns vagabundo que passou até a cobrar pedágio em frente a padaria ali de baixo. Isso até acontece porque é sempre assim aqui: vem uns tempo ruim e depois morre os vagabundo e volta tempo tranqüilo. Só que tava demorando e era bandido covarde, tinha tráfico e tudo no meio. De repente morreu seis dos malandro de uma vez só. Aí eu soube que o meu vizinho aqui foi falar com o Tião Medonho que era um negão forte que cuidava da área de cima lá e que não deixava bandido se criar e ele veio pra cá e matou um monte logo. Depois disso acabou esse negócio de maconha e de assalto por um tempo [...]. Depois, sempre que tinha mais coisa aqui aparecia morto a balde e voltava o normal.⁶

Uma ligação tão estreita entre “trabalhadores” e “matadores” parece ser a chave para a compreensão do fenômeno do justicamento na região da Baixada. Os justiceiros não são exatamente percebidos como “bandidos sociais” – conforme foram considerados os traficantes das favelas cariocas em algumas épocas –, porém, as suas ações são desejadas e, além do mais, parecem não interferir tão fortemente na vida dos moradores proletários e ainda são amparadas por um código moral vigente entre os próprios moradores. Afinal, uns e outros, moradores e “justiceiros”, exibem em comum um grande ódio pelos “vagabundos” que “infestam” os bairros proletários.

De “vagabundos”, moradores e matadores chamam os viciados em drogas, ladrões e estupradores. Estes últimos são os mais odiados e a sua morte deve ser sempre exemplar, como relatou um dos justiceiros entrevistados. Apesar desse ódio, não é incomum, nos dias atuais, encontrarmos justiceiros

⁶ Geraldo Magela Almeida. Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006.

envolvidos com traficantes, algo não verificado em outras épocas, de acordo com o depoimento de moradores mais antigos:

Agora é meio bagunçado esse negócio de grupo de extermínio. Você acha polícia no meio. Tem uns que é traficante. Tem até caso de matador que é estuprador. Antes não. Antes era um cara que vivia aqui mesmo e que matava. Eu mesmo conheci um assim porque ele morou aqui do lado. O nome dele era Marinho, era pedreiro, trabalhava muito bem, era de Pernambuco e de repente deu a louca, dizem que matou a mulher. Eu não sei. Ele batia muito nela, mas paraíba bate na mulher mesmo. Depois v

ap

umas porrada só, tiro na perna, mas quando eu não conheço direito, mas o cara tem jeito de malandro, eu mato de uma vez. Eu sempre ouço gente me falando de coisa errada e vou seguindo os boato e acabo sempre achando os malandro [...] teve um garoto aí que me disseram que tava mexendo nas coisa dos outro. Eu não conhecia ele direito. Ele vivia numa avenida de casa ali. Aí eu fiquei vendo. Ele não trabalhava, só ficava soltando pipa e jogando bola aí. Perguntei pra ele o que ele fazia, se trabalhava, aí ele disse que era camelô em Nova Iguaçu, na passarela, depois fui ouvindo mais reclamação dele e não deu outra. Quando eu reparei que ele tava todo arrumadinho, com tênis de marca e tudo e vi que tinha aumentado o roubo aí no bairro, matei ele um dia quando ele tava jogando bola. Depois parou os roubo.⁹

Ao contrário do que se verifica entre os moradores de uma favela ou de um conjunto habitacional popular carioca, o Estado não é percebido como opressor. Talvez porque na Baixada Fluminense os moradores proletários não experimentaram ações como a remoção, o incêndio de casas ou o controle governamental das associações populares (VALLADARES, 2005). Ou seja, o Estado não é visto como opressor porque ausente, e esta ausência favoreceu o surgimento de controles internos da criminalidade por meio dos justicamentos. As tentativas de enquadramento, sob um mesmo modelo, dos grupos de extermínio ou dos matadores individuais baixadenses, parecem não resultar em sucesso devido ao fato de serem variadas as origens, composição e formas de atuação desses grupos, cujos membros se entendem substitutos das forças policiais.

Mais evidente, hoje, é a participação de policiais e bombeiros militares nos grupos. Suas motivações são diversas, mas geralmente se entende que eles agem a partir da solicitação de comerciantes, que contratam policiais com a finalidade de coibir ações de ladrões e assaltantes nas imediações de seus estabelecimentos. A “limpeza da área” por meio de assassinatos representava, para estes policiais, uma forma de facilitar o seu trabalho extra como seguranças das lojas de um bairro, ou mesmo do centro de alguns municípios da Baixada. Policiais e bombeiros são também utilizados por políticos da região em busca de reforço da sua segurança pessoal. O grande número de atentados a políticos locais pode estar relacionado com a facilidade desses

9 Vieira. Entrevista concedida em 03 de fevereiro de 2006.

políticos de lançar mão dos grupos de assassinos formados por policiais e bombeiros que atuam como guardas privados.¹⁰

Os grupos de extermínio que atuam nas periferias das cidades baixadenses possuem configuração diversa. Nestes bairros proletários, os matadores fazem parte da comunidade e não são, na maioria das vezes, profissionais da área de segurança. São proletários que atuam como matadores sem abandonar suas atividades regulares, conforme relatam os depoimentos. Assim, não é raro encontrar justiceiros baixadenses ocupados como pedreiros, motoristas, ou mesmo pequenos comerciantes. A atuação como matador lhes confere alguma notoriedade, sobretudo quando passam a ouvir os apelos dos moradores atingidos pela ação dos “vagabundos”. Quando são percebidos como benfeitores, é possível aos justiceiros de bairro transformarem-se em líderes comunitários; porém, dificilmente um destes indivíduos conquista a confiança de seus vizinhos somente ostentando a fama de eliminar bandidos.

Como é muito tênue a separação entre matadores e aqueles considerados pelos “trabalhadores” como criminosos, o caráter de mal necessário transforma mesmo os justiceiros considerados líderes comunitários em potenciais inimigos. Isto faz com que esses indivíduos, ao se transformarem em agentes políticos oficiais, se apressem em tomar distância das práticas de justiça e em iniciar a escalada rumo à construção da imagem de benfeitor e “amigo da comunidade”.

Ser um líder comunitário identificado com grupos de extermínio pode até se constituir em alguma vantagem, porém não parece factível a hipótese de que as eleições na Baixada Fluminense sejam decididas em função do medo dos justiceiros. Exemplo disso foi a campanha política fracassada de um famoso matador atuante no município de Queimados. No ano 2000, o policial militar conhecido como “Beto Capeta” apresentou-se perante os seus potenciais eleitores fazendo uma propaganda singular em que se aproveitava do apelido em panfletos destinados à sua eleição ao legislativo municipal. Nestes panfletos, o candidato, fantasiado de demônio, segurava um tridente sobre o

10 Entre janeiro de 2004 e julho de 2006, segundo o **Jornal de Hoje** (08 jul. 2006), dezoito vereadores sofreram atentados na região da Baixada Fluminense. Somente em Duque de Caxias foram atingidos por tiros oito vereadores. Nem todos os atingidos morreram, e diversos deles foram alvejados próximos de seus centros sociais. Alegaram, alguns deles, que foram atacados por seus opositores porque esses centros incomodavam os seus adversários. Um vereador mesquitense sofreu, nesse período, duas tentativas de assassinato, levando 15 tiros, porém sobreviveu. A hipótese de policiais participarem desses atentados é reforçada pelo fato de nenhum atirador jamais ter sido capturado.

qual havia uma mensagem que o apresentava como “protetor dos trabalhadores queimadenses”. Menos de cem eleitores acreditaram ser necessária a proteção oferecida pelo policial que, até ser assassinado alguns meses após as eleições, foi sempre temido devido a sua extrema violência.

O caso tratado neste artigo envolve diretamente dois indivíduos. Um é vereador por um município da Baixada Fluminense desde meados da década de 1990. Ele também é comerciante em um bairro periférico do município e admite a participação em grupos de extermínio no passado. O outro é militar, líder comunitário e, embora não afirme categoricamente, participante ativo de grupos de extermínio, segundo moradores do seu bairro. Chamaremos aqui o vereador pelo nome de Marcelo Souza e o militar será chamado Eduardo Silva.¹¹

Constitui a essência do caso uma disputa ocorrida, em 1998, em uma das partes mais pobres de um grande município da Baixada Fluminense. A disputa surgiu porque o militar resolveu criar um movimento comunitário destinado inicialmente a manter a limpeza do conjunto de bairros onde o vereador morava, possuía comércio e atuava politicamente, controlando postos de saúde, colégios e serviços sociais que funcionavam como comitês eleitorais permanentes. A criação do “Movimento Comunitário Campos Limpos” surgiu para Marcelo Souza como um desafio, uma vez que o militar Eduardo justificava seus atos como resultantes do abandono dos bairros pelo vereador. Ameaçado politicamente, o vereador iniciou seus ataques através da imprensa, alegando que o líder comunitário, na verdade, não era visto deste modo pela população dos bairros e que se tratava de um justiceiro que pretendia candidatar-se a um cargo público e, por isso, o difamava. Por sua vez, o militar dizia-se ameaçado pelo vereador, este sim, afirmava, participante de grupos de extermínio. Para reforçar essa denúncia, o criador do “Movimento Comunitário Campos Limpos” registrou queixa contra o vereador na delegacia policial da região, informando as ameaças sofridas. Na imprensa regional o vereador Marcelo Souza contra-atacou, informando que o militar constrangia os moradores dos bairros ao pagamento de taxas que, segundo o militar, seriam usadas para levar adiante as obras emergenciais que não eram realizadas devido ao fato do “vereador da área” ser “omisso”.

11 Desnecessário é dizer que, tal como os participantes de grupos de extermínio entrevistados, esses dois homens tiveram os seus nomes alterados. Os bairros onde os fatos ocorreram não serão nomeados. Porém as características que não permitem alguma identificação tanto dos bairros como dos personagens serão apresentadas.

Em comum, os dois contendores eram alvo da acusação de serem justiceiros, prática que ambos imputavam ao adversário e era confirmada por quem morava nos bairros em que atuavam. Também os moradores confirmavam as cobranças de taxas feitas pelo militar aos membros da comunidade sob o argumento de remunerar os trabalhadores encarregados da desobstrução dos cursos d'água abundantes na região e, assim, eliminar as constantes enchentes que ocorriam nos bairros.

A descrição dos embates, que se estenderam por alguns meses do ano de 1998, e as entrevistas com os dois envolvidos permitem a exposição e análise da forma como se entrelaçam a prática dos justicamentos na Baixada Fluminense e o surgimento, desenvolvimento e consolidação de algumas lideranças comunitárias.

Porque um militar e um vereador protagonizaram o caso, os incidentes representam uma oportunidade ótima para testar algumas hipóteses acerca do imbricamento entre violência e política. Embora o fenômeno dos justicamentos também esteja presente em outras áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ele se mostrou mais agudo na Baixada Fluminense, onde a ação dos justiceiros assegura a sedimentação de algumas carreiras políticas – seja de forma direta, quando alguns destes transformam-se em candidatos bem sucedidos, seja indireta, quando justiceiros são contratados com a finalidade de eliminação dos oponentes políticos em ações de pistolagem.

Talvez por sua própria natureza criminosa, o fenômeno dos justicamentos baixadenses foi freqüentemente abordado sem, entretanto, ser identificado em sua essência. Assemelhar um justiceiro de bairro a um matador profissional de aluguel não é surpreendente, até porque o resultado da ação é a eliminação de pessoas consideradas por alguém indesejáveis. A indistinção, porém, se permite boas visões panorâmicas, produz conclusões difíceis de serem admitidas, como a de que figuras políticas importantes na Baixada Fluminense foram eleitas por acionarem suas máquinas repressivas, intimidando os seus eleitores ao ponto de serem aceitos.

O medo dos justicamentos deve ser levado em consideração, mas a personalização dos justiceiros, de suas vítimas e dos “trabalhadores”, é uma tarefa necessária para a montagem de um retrato menos genérico sobre a vida política dos baixadenses.

CAMPOS LIMPOS

O bairro onde o militar Eduardo mora é parte de um dos locais mais pobres do município. Apesar de ser uma região antiga, ou seja, de pertencer às primeiras áreas ocupadas na Baixada Fluminense, ela permaneceu, desde finais do século XIX até os anos 1980, pouco povoada. Isto pode ser entendido como consequência de estar muito próxima da Serra do Mar, correndo pelas planícies – sobre as quais surgiram os bairros que a compõem – diversos cursos d’água que partem da serra e que, no passado, serviram como pontos de desembarque ou embarque de mercadorias que seguiam daí para as regiões das Minas Gerais ou para o porto do Rio de Janeiro.

Hoje esses cursos d’água são os responsáveis por um grande problema que afeta o conjunto de bairros; invadem, em épocas chuvosas, muitas casas e desvalorizam os lotes ainda vazios existentes ali em grande quantidade.

Em 1998, quando Eduardo criou o “Movimento Comunitário Campos Limpos” esses bairros experimentavam uma aceleração de sua ocupação, fato constatado por moradores mais antigos, que vinculam esta aceleração da ocupação com o surgimento de novos problemas:

Antes aqui tinha sítio só. Você tinha os centro dos bairro que tinha umas lojinha e tudo, e rapidinho acabava as casa, as loja e começava os sítio. Depois de uns dez, quinze ano pra cá é que começou a encher de gente de fora assim. De repente foi chegando cada vez mais gente e foi até aumentando as condução lá pra cidade e tudo. Você vê que agora tem muito sítio ainda aí pra dentro, mas você vê que tem também muito mais casa e muito mais loja [...] De um lado é bom ter esse monte de gente aqui porque tem umas facilidade que antes não tinha; por exemplo, agora tem bem mais ônibus e também tem mercado e tudo. Antigamente tinha ônibus de três em três horas para o centro, agora é toda hora e ainda tem as van. De outro lado é ruim esse monte de gente. Agora tem coisas como crime, tem mais lixo, os rio tão poluindo porque não tem esgoto, e por causa do hospital da posse tem muito engarrafamento lá perto da Dutra. Mas tá progredindo e tem gente que pensa até em emancipar isso daqui.¹²

As circunstâncias de criação do “Movimento Comunitário Campos Limpos” relacionam-se exatamente com o surgimento destas modificações provocadas pelo repentino povoamento da área; o nome da associação do militar Eduardo foi inspirado pela percepção de que crescia no bairro a

12 Paulo Souza Lima. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2005.

quantidade de lixo espalhado pelos lotes vazios e no leito de um riacho que corta o bairro – fato que provocava inundações inexistentes nas épocas anteriores ao processo de chegada dos novos moradores. A primeira ação do militar foi a distribuição, por pontos estratégicos do bairro, de vasilhames grafados com o nome da associação e destinados a receber o lixo das casas. A providência seguinte foi alugar um caminhão, destinado a conduzir os detritos oriundos dos vasilhames e da limpeza das margens do riacho e dos lotes vazios até um vazadouro de lixo localizado na vizinhança do bairro.

Isto posto, restava ao líder comunitário, para atingir seus objetivos imediatos, estabelecer um valor que deveria ser pago por cada morador, a fim de manter o bairro limpo, convocar órgãos da imprensa regional para mostrar o trabalho realizado e, de alguma forma, chamar a atenção para os problemas que afetavam o local e que inspiravam movimentos de emancipação distrital desde finais dos anos 1980.

Segundo o líder comunitário Eduardo, a convocação da imprensa provocou os problemas iniciais. Questionado sobre o papel do “vereador da área”, Eduardo teria falado sobre Marcelo Souza e a sua falta de ação efetiva sobre os problemas do bairro, o que desencadeou a “guerra”:

Eu não comecei guerra nenhuma, não. Ele ficou ofendido por que eu mostrei os problema. Eu nem lembrava dele, não. O repórter que lembrou dele e me perguntou se o vereador da área era omissivo. Eu nem sabia direito quem era vereador da área. Eu sei que ele tem comércio aqui dentro e que ele tem esses serviço social também, mas que ele é que tinha que fazer obra aqui, eu não sabia direito não. Depois do primeiro jornal veio mais um monte, até O Globo, e aí é que o caldo entornou porque ele foi ficando com ódio e me ameaçou aqui de cara. Eu não sabia direito da vida dele de político, só que eu sabia que ele matava. De bobeira é que eu não ia ficar. Ser pego de surpresa não ia dar não. Ele é covarde. Até o prefeito resolveu falar no jornal. Disse que só bobo ia dar dinheiro pra mim, que a obrigação das obra e da limpeza era da prefeitura. Engraçado, era da prefeitura, mas eles nunca fez.

Para o líder comunitário Eduardo, o “ódio” de seu oponente era injustificado porque suas intenções não diziam respeito “à política”. Afirmando nunca ter pretendido exercer cargos públicos, o militar chama em seu socorro sua vida anterior e posterior ao episódio, quando sequer filiou-se a qualquer partido, tendo somente mantido o que já fazia antes:

Eu, depois disso, continuei fazendo tudo que eu já fazia antes, porque você pode achar que eu comecei a me preocupar com o bairro assim desse jeito só nessa hora aí do campo limpo, mas não foi não. Eu sempre agitei aqui dentro, sempre dei uma mão pra comunidade aí. Se governo não faz nada, o jeito sempre foi esse aí. Você pode perguntar aí que você vai ver que eu era alguém preocupado com o bairro antes disso. Depois eu não concorri a nada, não. Eu nem sei direito o que é isso. Eu nem parte de associação de morador faço, imagina política, partido. Eu não sou ladrão, não. Eu tenho muito defeito, mas ladrão não.

Às suas próprias ações no sentido de “limpar” o bairro, Eduardo junta, como forma de justificar sua liderança, a alegação de ser honesto, o que equivale a não ser político. A necessidade dessa afirmação talvez tenha nascido do fato deste morador ter se lançado, por si mesmo, à condição de líder comunitário em um local onde sequer existiam associações de bairro e os habitantes cuidavam de uma forma improvisada e quase sempre solitária da manutenção das condições urbanas mínimas que um recente local proletário de habitação possui. Ouvindo os demais moradores do bairro não é difícil concluir que eles desconfiavam dos esforços do militar em “ajudá-los”:

Em primeiro lugar, o que ele estava fazendo e mandando a gente fazer era coisa que a gente fazia já desde a hora que chegou aqui. Aqui ninguém nem lembra que tem prefeitura. Aqui todo mundo limpa a frente da casa, arruma as vala, capina quintal vazio do lado de casa.¹³

A desconfiança era maior porque:

[...] tinha esse negócio de pagar pra ele. Você pensa bem: por que que eu ia pagar pra alguém fazer o que eu já estava cansado de fazer? E não era nem pagar pra ele fazer porque a gente ia ter que trabalhar do mesmo jeito. Não era igual pagar o imposto e o governo vim e fazer não, você ia ter que ajudar do mesmo jeito. Um negócio igual mutirão. Não tinha porque pagar não.¹⁴

As tentativas de impor sua liderança não foram bem-sucedidas; provavelmente porque faltava, ao currículo do militar, uma trajetória comunitária. O seu reconhecimento nascia de uma atividade útil, porém desconfiável segundo os moradores – os justicamentos:

13 Fernando Bastos. Entrevista concedida em 02 de novembro de 2005.

14 Joaquim da Silva Elias. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2005.

Ele queria arrumar tudo, mas ele não tinha tradição. Eu nem sei se ele é antigo aqui. Porque aqui a maior parte de morador é de novo morador. Agora tem gente muito nova aqui, a gente nem conhece mais o pessoal do bairro. Ele é conhecido do pessoal aí porque diz que ele corre atrás de ladrão aí e mata. Só isso que o pessoal diz dele aí. Quando ele começou a correr aí atrás de gente pro negócio do serviço comunitário, quem ficou com ele foi o pessoal que tinha medo dele. Ele forçou, sabe. O cara chega e fala pra fazer o serviço aí de limpar, aí o cara é matador, os vizinho sabe. Se ele chegar na sua casa falar pra você ir limpar a rua e você sabe que é perigoso, você vai fazer o que? Você fica com medo e segue. Só que você não vê porque fazer nada, você tá forçado, com medo, é só isso.¹⁵

Enfim, a liderança do militar pareceu sempre negativa. Carecia de sustentação da “comunidade”, tanto porque exigia pagamento por aquilo que os próprios moradores já faziam e continuariam a fazer, quanto porque se baseava no medo. Principalmente, não havia uma trajetória do militar de participação em serviços normalmente realizados pelos moradores; ou seja, em momento algum a sua carreira se assemelhava àquela que se deveria esperar de um líder comunitário.

Em 1995, a discussão em torno da ausência de ações públicas na área ganhou nova dimensão diante da tentativa de emancipação política do conjunto de bairros que compunham aquele distrito. Os moradores foram ouvidos em novembro daquele ano, optando a maior parte dos cerca de 18 mil votantes¹⁶ pela não emancipação, devido ao fato desses mesmos moradores não conseguirem visualizar estrutura nos bairros sequer para a criação de um centro administrativo:

Quando teve o plebiscito eu fui contra porque a gente nem sabia onde ia ser a cidade. Você conhece esses bairro? Não tem nada! Nem comércio, nem banco, nem mercado direito. Vai todo mundo para o centro pra fazer tudo. Ia adiantar o que emancipação? A gente ia continuar tudo indo para o centro porque não dá pra fazer nada aqui.¹⁷

15 Paulo Souza Lima. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2005.

16 Pouco mais da metade desses eleitores compareceu aos locais de votação, sendo o total de votantes efetivos 10.748. **Jornal de Hoje**, 21 nov. 1995, p. 1.

17 Geraldo Magela Almeida. Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006.

Os que acreditaram na possibilidade de criação de um novo município atribuíram o fracasso no plebiscito à pouca capacidade de organização dos moradores, sempre percebidos como “sem consciência” e culpados por serem “novos no lugar” e “fáceis de manipular”:

Quando teve o movimento de emancipação esse povo não teve consciência não. Eles não votaram porque eles não são consciente da nossa situação daqui. A gente aqui é abandonado de tudo. Mas eles são tudo gente nova aqui. Eles não importa com nada ainda não e eles não viram que ia ser bom pra gente ser uma cidade. Eles foram fácil de manipular porque eles não tinha amor por isso aqui.¹⁸

Se os habitantes de distantes e pobres bairros baixadenses foram fáceis de manipular por aqueles que eram contrários à independência distrital, foi o medo que fez existir, por diversos meses do ano de 1998, um grupo de moradores que consumiram parte dos seus dias de folga na reabertura de valas, na limpeza das margens dos riachos e recolhimento do lixo e até na formação de um grupo de homens responsáveis pela escolta de mulheres e crianças em pontos de ônibus durante os horários de chegada do trabalho e da escola:

Você pensa só: eu tenho família e já fazia aquilo mesmo aqui na rua. Eu limpava meu quintal e o do lado porque era vazio naquela época e tinha vala que você tinha que limpar. Eu ou meu filho ia buscar a mãe e a irmã quando voltava do colégio tarde porque tem muita covardia aí. Aí chega o cara todo valente e chama pra ajudar as coisa que ele tava organizando. Eu não gostava daquilo, só que ele tinha fama e ameaçava os outro. Ele não falava assim “eu mato!”, mas você ficava na dúvida... e se fosse mesmo? Era melhor não arriscar. Ele era amigo de uns polícia e falava tanto de bandido que você ficava com a pulga atrás da orelha.¹⁹

A existência de justiçamentos constantes na região, por si só, fazia as insinuações do militar parecerem reais; ainda mais porque se juntava, às ameaças, o temor gerado pelo encontro freqüente, nas diversas áreas desabitadas vizinhas aos bairros, de cadáveres desconhecidos, provavelmente originados daquilo que os moradores chamam de “desovas”:

Aqui sempre teve muita desova. Acho que porque aqui tem muito mato, o pessoal ripa em outro lugar e joga aqui mesmo. Desde que eu moro

18 Flávio Moreira da Silva. Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2005.

19 Edmundo da Costa. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006.

aqui, que tem uns trinta ano, que aparece defunto [...] você fica assustado com os morto. Você não conhece e tudo. Você vai ver os corpo que até apodrece no mato aí, mas isso fica na sua cabeça, você tem medo assim de morte. Você sabe que não é com você o negócio. Mas você também não sabe quem matou os cara e porque morreu. Sabe lá se era um trabalhador?²⁰

Nos relatos desses “trabalhadores”, não há certezas acerca da origem dos mortos; mas, na consideração geral sobre os assassinatos na região da Baixada, os mortos são apontados sempre como “devedores”: “se o cara morre desse jeito, alguma coisa ele devia. Não tem essa de alguém levar um monte de tiro e não dever nada, não. Eu já vi muito morto nessas rua aí e no mínimo o cara tava fumando maconha na porta dos outro”.²¹

Os corpos de “bandidos do bairro” confirmam a regra geral e facilitam a generalização que faz de todos os assassinados por exterminadores “devedores”. Dúvidas, entretanto, entram em cena quando o assunto extermínio aproximasse mais do cotidiano dos trabalhadores e envolvem cadáveres desconhecidos encontrados nos matagais, casos em que estes anônimos podem ser percebidos como “inocentes”:

De verdade você não sabe quem é que é jogado aí nos mato. Pode muito bem ser inocente. Ainda mais que eu já vi mulher e criança morto aí no mato. Pode ser que seja inocente. Você não sabe. Pouca vez aparece quem era eles. Uma vez eu vi um que foi morto aí e só acharam podre. A família veio com a polícia e ele era trabalhador. Tinha pegado dinheiro de férias na fábrica dele, foi seguido, roubado, arrancaram a cabeça dele e jogaram aí. Uma mulher apareceu lá pros lado de Adrianópolis quando só tinha esqueleto. Ela tinha sumido no natal e apareceu agora no início de março só. Ela era inocente. Disseram que ela foi estuprada e jogada lá pro urubu comer.²²

Na mentalidade popular os assassinatos são, portanto, quase sempre obra de justiceiros “que são pelo certo”; porém, admite-se que algumas vítimas podiam não merecer o destino que tiveram, o que significa não entender os justiceiros sempre como “pessoas que são pelo certo”. A inexistência de apurações mantém as dúvidas sobre as razões dos assassinatos e facilita a

20 Flávio Moreira da Silva. Entrevista concedida em 19 de dezembro de 2005.

21 Edmundo da Costa. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006.

22 Eduardo Pereira Mota. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006.

permanência dos matadores do outro lado da tênue linha que os separa dos “vagabundos”, sempre odiados pelos “trabalhadores”.

Mais até do que a ausência de tradição comunitária, e do efeito das ameaças veladas de Eduardo, o insucesso do “Movimento Comunitário Campos Limpos” deveu-se à identificação de seu criador com os grupos de extermínio e à percepção popular de que a manutenção de laços e relações com o mesmo envolvia certo “perigo”:

Não tinha como a gente ficar tranqüilo com ele. Todo mundo sabia que ele matava. Ele diz pra você que não matava, mas diz pra você. Pra gente ele sempre falava que fazia e acontecia e corria atrás de malandro. No bairro todo aí ele é conhecido por isso. Tudo bem, se ele matasse só bandido tava bom, mas se ele ameaça a gente você fica cabreiro. Mesmo se ele não ameaça a gente desconfia. O cara tem arma e tem coragem de matar. Quase ninguém tem coragem disso não. Se o cara vai matar ele pode matar gente ruim, mas gente boa também pode ser morta. Ele tem coragem. Que que garante que ele não vai matar você só porque está com raiva de você?²³

Fadado ao fracasso, por ser conduzido por alguém reconhecido unicamente como justiceiro, o “Movimento Comunitário Campos Limpos” agonizou definitivamente quando seu líder aprofundou os contatos com os órgãos regionais de imprensa e deixou-se fotografar dentro de riachos recolhendo lixo, ou ajudando a encher caminhões com os detritos antes depositados nos vasilhames espalhados pelo militar por diversos locais do bairro. Tal estratégia acendeu a ira do vereador Marcelo Souza, sempre considerado omissor nas notícias de jornais em que o militar Eduardo era personagem.

A partir dos depoimentos dos dois oponentes é difícil concluir o que provocou efetivamente a rusga. O vereador afirma que se sentiu obrigado a interferir porque precisava defender os moradores ameaçados pelo militar; por isto, teria procurado Eduardo no intuito de demonstrar que aquele seu procedimento era criminoso e que ele, como “representante do povo”, agiria contra a “situação”, procurando a polícia para denunciar tanto a cobrança de “propina” quanto as ameaças sofridas pelos moradores.

Concretamente, é possível afirmar que, durante umas poucas semanas, alguns dos jornais regionais da Baixada Fluminense trouxeram matérias

²³ Edmundo da Costa. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006.

nas quais o vereador relatava o caso chamando a atenção para os “abusos” praticados pelo militar, relacionando Eduardo com grupos de extermínio do local, defendendo-se das acusações de omissão e afirmando que Eduardo teria criado aquele movimento para atacá-lo, “[...] porque esse era o único jeito dele se candidatar a vereador e ganhar algum voto”. Para provar que não era omissor, o vereador Marcelo Souza mostrou, nos jornais regionais, o grande número de obras que “fez” na “área”, frisando sempre que a maior parte das obras foram realizadas diretamente com o seu dinheiro e que o seu salário de vereador era todo usado para “servir o povo” – o que, na sua opinião, poderia ser comprovado pelo seu grande índice de votação em todas as eleições das quais participou.

Em nenhum de seus depoimentos o vereador deixou de enfatizar a criação do “Movimento Comunitário Campos Limpos” como algo solitariamente levado adiante pelo militar, que visava, desta forma, ocupar espaços até então reconhecidos por todos como pertencentes a ele, o “vereador da área”. A aparição em jornais e a pressa em mostrar as “coisas ruins do bairro” seriam, então, modos do militar Eduardo “cortar caminho para virar político”. A estratégia, entretanto, “não deu certo” porque “o povo percebeu a armação” e preferiu acreditar no vereador que prometia na época continuar aumentando o número de serviços sociais para poder “atender o seu povo”. O vereador afirma que não se tratava de negar a existência de problemas sérios no bairro. Ocorria que ele “era sozinho pra resolver tudo” e isso exigia a paciência dos moradores que o escolheram para ser o “vereador da área”.

Do ponto de vista do vereador, as ações de Eduardo Silva significaram uma “invasão injustificada da sua área”. Esta conclusão, então, exige que procuremos saber qual o papel de um vereador baixadense e determinar exatamente o que ele considera como “a sua área”.

O “VEREADOR DA ÁREA”

O comerciante Marcelo Souza conseguira eleger-se, pela primeira vez, vereador de seu município em 1996 e, desde então, em todas as eleições municipais foi escolhido por “seu povo”. Proprietário de algumas lojas do setor de alimentos em bairros diversos do distrito mais pobre de seu município, caracterizou-se, desde o início de sua vida pública, por entender que a proximidade com a população é fundamental no cumprimento de sua

“missão”. Tal proximidade foi efetivada mediante estabelecimento de uma rede significativa de centros sociais que visavam atender a “população carente”, garantindo desde alimento para aqueles que estavam “passando necessidade” até profissão para os jovens da região:

Os meus centros social são variados. Nuns eu mantenho médico, dentista, em outro eu recebo o povo que vai pedir coisa igual comida, material de escola, melhoria pro bairro deles. Tem um que é só pra ensinar os menino a mexer em computador. Lá tem quadra também e o pessoal usa pra salão de festa. Nas loja eu também atendo e ajudo aqueles mais necessitado dando comida. Eu não posso ajudar muito dando comida porque senão eu quebro, mas eu faço o que dá.

Tentando traçar para si um perfil diverso daquele que o militar Eduardo Silva desenhou durante as disputas de 1998, o vereador define-se sempre como “atuante”, orgulhando-se de ser o único que, naquela região, “faz o serviço social” e definindo-se como “vereador da área”. Quer isto dizer que ele, além de morar junto de seus eleitores, também atua na região, mantendo seus “serviços sociais sempre de portas abertas”²⁴ e levando “melhorias para a área” através de seus contatos com a prefeitura ou com algum deputado estadual ou federal. Portanto, para conseguir “atuar na região”, o vereador teria que estar sempre atento aos “movimentos políticos”, a fim de manter-se “próximo do prefeito” para “conseguir obra”. As suas constantes mudanças de partido político teriam como causa essa necessidade de conseguir obras por meio de negociações com a prefeitura ou com o que o vereador chama de “grupo político”:

Aqui não tem outro jeito não. Se você não tá ligado num deputado ou no prefeito da época você tá f.. Você não consegue obra nenhuma pro povo e você não tem jeito de se eleger se não dá satisfação pro povo com obra, porque não dá pra usar só o seu dinheiro pra fazer as obras e pra dar a assistência. [...] Partido? Não faz diferença se você tem um partido A ou um partido B não. Você vai para aquele que tem a ver com o seu grupo político, com o movimento político na época e aí você vai vendo como conseguir as coisa do seu grupo político.

A “área” corresponde a um conjunto de bairros de tamanhos diversos, nos quais vivem eleitores do vereador mantidos fiéis devido as suas ações

24 Segundo o vereador, é muito comum, na região, serviços sociais serem abertos por candidatos somente em épocas de eleição e depois serem fechados.

diretas de assistência social (distribuição de comida, de roupas, empregos, obras ou favores). Em função da inexistência de postos de saúde na região, nas sedes dos “serviços sociais” do vereador formam-se grandes filas em dias de atendimento médico. A presença do próprio vereador nestas sedes também provoca grande presença de moradores, que para lá se encaminham com a finalidade de apresentar reclamações ou solicitar o cumprimento de promessas feitas anteriormente.

Invariavelmente, estes serviços ou centros sociais funcionam em casas ou galpões – alguns de propriedade do vereador, outros alugados – e são administrados por pessoas chamadas de “líderes comunitários” unicamente pelo vereador. Esses “líderes” mostram a sua verdadeira função em períodos eleitorais: são os cabos eleitorais do “grupo político” ao qual pertence Marcelo Souza. Recebem eles um salário pelos seus serviços e, em alguns casos, são também administradores de postos de saúde construídos pela prefeitura, diretores de escolas municipais ou funcionários públicos comissionados. Estas coincidências entre a administração dos centros sociais do vereador e a ocupação de cargos públicos revelam a participação do prefeito e de deputados em uma política de trocas de favores na qual o “vereador da área” é considerado “dono” dos cargos públicos disponíveis na sua região:

Se eu sou o vereador dessa área, o prefeito me dá os colégio, creche, posto de saúde que tem aqui. Ai eu coloco aqui pra trabalhar aqueles que me ajuda nas eleição. Os médico, dentista, enfermeira, professora tudo eu indico pra o prefeito e ele nomeia o meu pessoal aqui. Uma mão lava a outra. Isso me ajuda e isso ajuda ele a se eleger. Geralmente os pessoal que trabalha no meu serviço social são os que me ajuda na campanha e eu chamo eles pra administrar os meus colégio e posto de saúde. Isso é aqui tudo igual. Você vê, quando fez a guarda de trânsito não fez concurso porque a gente que indicou. Eu fui indicando os pessoal que me ajudava nas campanha.

A sua eleição contínua é atribuída, além de seus esforços no sentido de melhorar a vida da “comunidade”, ao fato de sempre ter conseguido manter-se em evidência política graças à formação de um “grupo forte que se dá bem usando os meus centro social”. Procura o vereador Marcelo Souza demonstrar que todos, do prefeito ao “povo da sua área”, se beneficiam de sua figura, o que torna importante sua participação em qualquer aliança política. A existência

dos centros sociais assume um aspecto estratégico, protegendo o vereador de qualquer mudança política repentina:

Aqui é assim: se eu vejo que não vai dar pra fazer acordo com ninguém, eu continuo tendo voto porque o povo não enxerga prefeito, deputado se não for por mim. É eu que indico e falo em quem eles vai votar e eu uso os meus centro social pra fazer isso. Se eu não faço aliança com quem vai ganhar eu assim mesmo ganho porque o povo tem medo de eu sair daqui da área e não dar mais assistência porque o povo sabe que eu penso nisso aqui 24 horas. E eles ia se arriscar votando em outro?

A “área” da qual o vereador Marcelo Souza é “dono” é formada por cerca de dez bairros, habitados por aproximadamente 65 mil pessoas distribuídas, de forma não uniforme, em 31 Km². O vereador exerce também influência em dois distritos vizinhos, habitados por cerca de 70 mil pessoas. Seu eleitorado potencial envolve, então, uma população de 135 mil pessoas, espalhadas em uma região bastante extensa para ser dominada por um único vereador, fato que nos leva a indagar sobre os procedimentos mediante os quais Marcelo Souza consegue evitar a penetração de políticos adversários em sua “área”.

Ao responder a tal questionamento, o vereador é obrigado, pela primeira vez em seu longo depoimento, a lembrar-se do início de sua carreira política, recuando, mais ainda, até o momento em que chegou ao bairro vindo de outro ponto da Baixada Fluminense para – aproveitando o dinheiro recebido como resultado de uma indenização trabalhista – abrir o “primeiro comércio”, que o tornou conhecido a ponto de seu nome político ser formado pelo seu prenome seguido pelo tipo de casa comercial do qual é dono.

Nessa época – meados da década de 1980 – os bairros do distrito para o qual Marcelo Souza se mudou experimentavam uma rápida ocupação, provocada pelo surgimento de um número bastante grande de novos loteamentos cujos terrenos eram vendidos por valores baixos o suficiente para atrair proletários de vários outros locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A necessidade de fuga do aluguel atraiu Marcelo Souza, que aproveitou sua indenização para construir uma casa e comprar diversos terrenos, sobre um dos quais edificou sua primeira casa comercial.

A saga da transformação do “trabalhador”, filho de migrantes nordestinos, em comerciante não se diferencia demasiadamente das diversas histórias de superação de dificuldades que os migrantes proletários relatam

em seus depoimentos. O que chama a atenção, em suas aventuras, são suas confissões de envolvimento com grupos de matadores logo após a montagem da primeira loja:

O que eu vou dizer pra você eu só tô dizendo porque você está me falando que não vai escrever que foi eu que disse. Isso é uma coisa que as pessoa mais antiga daqui sabe, os mais novo não sabe, só sabe de ouvir os outro contar. Eu, quando abri a primeira loja, fui assaltado um monte de vez. Aqui era muito perigoso e os comerciante reclamava muito porque não tinha nada de segurança aqui. Aí eu e outros comerciante daqui de perto pagamos uns cara que fazia a segurança daqui. Uns era polícia, outros não. Eles ficava por aqui bebendo, ficava sabendo das coisa e depois matava os malandro que vinha aqui assaltar.

Não admitindo, de início, uma participação direta, o vereador justificou o financiamento dos grupos de extermínio como única forma de manter sua loja em uma época marcada pela aceleração da violência contra os comerciantes:

Naquela época não tinha segurança nenhuma manter um comércio. A gente era assaltado toda semana, três, quatro vez às vezes. Eu não tinha outro jeito não. Eu até passei a andar armado pra assustar por que era muita bandidagem. Eles matava os malandro e isso ajudava tanto eu quanto os morador que era assaltado também aí nas rua, que não tinha luz nenhuma, e também em casa, que eles era covarde e entrava na casa dos pobre pra carregar o pouco que eles tinha. Era covardia pura.

O uso da arma e o discurso contra os bandidos parecem ter dado notoriedade ao comerciante em seu bairro, pois foram exatamente pedidos de extermínio de bandidos, apresentados por moradores, que levaram Marcelo Souza a sentir-se útil à comunidade:

Eu passei a ter fama de matador acho que por causa das arma e porque eu andava com os cara que matava e que vinha aqui. Aí os morador começaram a trazer caso pra mim: “olha tem um cara assim, assim. Ele tá fazendo isso e isso, você podia dar um jeito?” Eu ouvia, via quem era e tinha vez que mandava eles lá e fazer o serviço.

A execução dos “serviços” fez sucesso e transformou o comerciante em alguém respeitado como aquele que faz a “área ficar limpa”, não demorando muito para que o futuro vereador percebesse que a fama repentina poderia ser politicamente útil:

Assim, uns dois anos depois da loja tá aberta, as pessoa vinha me procurar pra resolver esses problema de segurança. Mas os pessoal vinha também pra tentar resolver outras coisa, tipo ajuda pra arrumar rua, emprego e mais coisa, tipo alimento e roupa pra os mais necessitado. Eu não fiz nada pensando em política não. Eu só fui fazendo as coisa pra ter segurança no meu comércio. Os morador foram me procurar e eu fui ajudando do jeito que dava. Eu mesmo não tive a idéia de ser candidato não. Conforme eu ia ajudando é que os outro ia dizendo que eu podia ser político, que eu era bom pra isso. Aí eu fui vendo que dava pra ser isso e accitei candidatar pra vereador em 96 e ganhei da primeira vez.

Seu *status* de matador serviu para afastar os demais competidores, ao mesmo tempo que fez de Marcelo Souza alguém conhecido como aquele que “auxilia o povo”. A aceitação da vinculação aos grupos de extermínio e a negação, pouco enfática, de participação direta nos justicamentos parece estar vinculada ao desejo de que alguma dúvida persista sobre o seu real papel, sendo muito mais vantajoso, do ponto de vista eleitoral, arriscar-se a ser conhecido como matador do que se misturar ao conjunto de candidatos indistintos que buscam eleitores às vésperas das eleições:

Se eu fosse um político que é conhecido só porque eu sou justiceiro eu não tinha me elegido sempre. Eu só sou escolhido porque faço serviço social daqui desses bairro pobre. Mas se eu sou conhecido como matador, eu prefiro isso, porque isso ninguém pode provar nada e eu não desminto os boato, porque isso faz os político aventureiro não chegar perto de mim. Faz eu ficar mais esperto também, porque aqui tem muita covardia e eu tenho a segurança pra evitar as covardia daqui. Só que tem o seguinte: se você for perguntar às pessoa daqui, ninguém vai te falar que tem medo de mim porque eu sou matador. Todo mundo sabe aí do passado, pelo menos por que ouviu dizer, só que o pessoal sabe que o que eu sou mesmo é o cara que ajuda o povo. Meus centro social são exemplo de que eu sou lembrado mais porque eu ajudo. Eles tão sempre cheio e ninguém vai lá hoje me falar dos bandido porque isso tá resolvido aqui. O povo vai lá pra pedir porque tem esperança na minha ajuda. Eu fui eleito pra ajudar e eu ajudo mesmo.

A ascensão política de Marcelo Souza, portanto, não é associada à sua fama de matador, mas ao comprometimento com o auxílio aos necessitados do bairro ou, em outros termos, à substituição do poder público – exemplificada pela expansão de sua rede de serviços sociais e pela existência, nos bairros, de obras cujas placas de anúncio apresentam o seu nome:

Eu não sou conhecido porque sou matador. Eu sou conhecido por ser trabalhador. Eu corro atrás e atendo todo mundo. Eu perco muito mais com isso do que ganho. Se eu tivesse me dedicando para os meus comércio eu tava rico. Só que eu tive que largar muita coisa minha pra ajudar os outro. Se você andar por aí vai ver que as obras foram tudo indicada por mim. Agora eu nem ia ter sossego se eu visse o monte de covardia e coisa errada aqui e não fizesse nada pra ajudar.

Elevado à categoria de líder comunitário antes de transformar-se em vereador, Marcelo Souza provavelmente baseava-se em sua experiência comunitária para opor-se a Eduardo Silva que, em sua visão, era apenas um oportunista que “queria imitar um líder de verdade só que do jeito errado, forçando a barra e só querendo ficar na aba do povo”. Torna-se evidente, tanto pelas palavras de Marcelo Souza como pelos depoimentos dos moradores do conjunto de bairros, o fato de não ser possível para alguém, na região, alçar-se à categoria de líder comunitário a partir unicamente da fama de matador.

A convivência do potencial líder com a sua comunidade, ao contrário, confere autenticidade às suas ações, mesmo que estas incluam os justicamentos. Em contraposição a estes líderes “autênticos”, Marcelo Souza identifica os “políticos aventureiros” – candidatos a vereador, ou vereadores em busca de reeleição, que, em vésperas de pleitos municipais, surgem “do nada” com a finalidade de “proteger” bairros que passarão a ser “seus”.

Para o vereador Marcelo Souza, somente é possível “ser político sendo amigo do grupo do prefeito”, a quem interessa contato unicamente com aqueles vereadores vistos positivamente pelos moradores dos locais onde se encontram os seus eleitores. Os métodos de sedução e fidelização dos votos populares não interessam ao prefeito, que sempre troca a fidelidade pelos recursos direcionados à manutenção dos órgãos públicos sob a administração dos vereadores de uma determinada área.

A relação entre vereadores e prefeitos baixadenses torna bastante instável a carreira política do vereador, que passa a depender excessivamente da vontade dos prefeitos. Neste quadro, a manutenção de centros sociais aparece como um mecanismo voltado para a redução desta dependência. Esses centros sociais permitem ao vereador manter o seu estoque de votos, mesmo em momentos em que acordos políticos o mantêm afastado da órbita do prefeito. Isso é perceptível no depoimento do vereador Marcelo Souza:

Os meus centros sociais me deixam tranqüilo como político. Você não precisa se preocupar com as coisa de política, que isso dá volta toda hora e você não é fraco se tem serviço social. Se você não tem mais o grupo do prefeito a seu favor você não vai ter obra sua feita e o pessoal daqui vai ver isso. Só que sem isso de obra da prefeitura você continua fazendo as coisa, atendendo as pessoa do povo, ajudando. Não vai ter rua sendo asfaltada porque você pediu, mas vai ter o pessoal do povo sendo atendido por você e qualquer candidato a prefeito que vim depois vai querer compor com você se você faz trabalho social. Não dá certo ser político aqui na Baixada se você não faz serviço social. A gente é assessor do povo desses bairro mais pobre. Não tem esse negócio de fazer lei só não. Você pede pro prefeito e ele te dá as obra. Só que o povo não tá interessado só nisso. Você tem que fazer você mesmo o seu trabalho social, seja ele lá qual for.

O microcosmo político baixadense revelado nos relatos do vereador Marcelo mostra que é importante, nas estratégias dos políticos envolvidos nos esquemas eleitorais baixadenses, a sedução do eleitor através de práticas assistencialistas claras. Logicamente não são os centros sociais as únicas molas propulsoras do esquema apresentado em detalhes pelo vereador Marcelo. Por vezes, nem sequer é necessário que um candidato mantenha estes centros; para viabilizar uma carreira política basta, em alguns casos, assegurar a manutenção de aparelhos públicos de alguns bairros, distribuir comida em caminhões, apresentar programas radiofônicos em que a ênfase é o atendimento das necessidades básicas dos ouvintes-eleitores etc. Comum, a todas essas práticas, é o atendimento direto das necessidades dos moradores e não é uma surpresa que o justiçaumento de bandidos possa compor uma lista de “serviços sociais” oferecidos por políticos na região da Baixada Fluminense.

“MATAR BANDIDO NÃO É SERVIÇO SOCIAL?”

Marcelo Souza sente-se relativamente à vontade quando o assunto é extermínio de bandidos. Afirma o vereador que, oficialmente, sua opinião sobre tal assunto é a de que os justiçaumentos são crimes e, como tais, eles devem ser combatidos, não importando se os mortos são ou não bandidos. Mas, dentro de “seus bairros”, entre a “sua gente”, a sua opinião sobre os justiçaumentos e sobre os bandidos difere radicalmente daquela expressa nos discursos, em programas televisivos destinados à população baixadense e em jornais e rádios regionais, e ele admite sua aceitação das mortes de bandidos, justificadas como algo necessário e, por isso, encaradas pelo “povo” como “justas”:

Eu sou parte do povo mesmo. O povo aceita essas morte tranqüilamente. Eles não se espanta com bandido morrer. De verdade, eles até espera que os bandido morre porque não tem outro jeito [...] eu penso igual a eles. Eu sou a favor das morte também. [...] esses cara chega no bairro ou nasce ali mesmo e vira vagabundo. Aí eles passa a atacar os morador, rouba, estupra, mata. Você vai fazer o que? A gente não tem polícia mesmo, não tem prevenção. O jeito é esse remédio de matar mesmo. Você não tem o que fazer mesmo.

O vereador visualiza dois tipos distintos de justicamentos. O primeiro estaria associado aos justicamentos que a imprensa noticia como eliminação por grupos de extermínio, e seria o resultado das ações de policiais que atuam, em suas horas de folga, como seguranças. Esses matadores, que podem atuar em diferentes regiões, pouco diferem dos matadores de aluguel; “eles matam quem é apontado pelos patrões deles”, não fazendo diferença se o alvo é ou não um “vagabundo”. O ataque sucessivo a vereadores baixadenses e os assassinatos aleatórios, ocorridos em 2005 na “chacina da Baixada”, constituem parte das ações deste tipo, mais próximas das noções de pistolagem e extermínio do que, propriamente, de justicamento:

Que tem cara que se junta com outros e faz quadrilha pra matar, isso todo mundo aqui sabe que tem. Nessa Baixada toda tem pouca polícia. Você anda aí você vê que tem muita gente, mas tem quantos batalhão de polícia? Tem um em Mesquita, outro em Caxias, um em Magé e agora querem um em Belford Roxo. Esses polícia se junta e faz quadrilha pra fazer segurança. Só que eles não faz só segurança. Eles mata quem é apontado pelos patrões deles. Eles não tem moral assim de saber quem é quem não, eles mata por dinheiro e só. Você vai ver que eles não tão procurando só vagabundo não. Pra eles se você pagar, eles vai lá e faz o trabalho, e se alguém ficar na frente eles mata também. Vai mulher, vai criança, vai trabalhador, que se dane quem é. Pagou eles mata. Aí os outro de lá de baixo vai falar que aqui é violento, que a política daqui é assim e tal. Os vereador daqui morre de medo porque você pode morrer a qualquer hora. Um inimigo seu chega e paga pra te matar. Você vai fazer o que? Você faz inimigo na política mesmo, e se você trabalha, tem serviço social, nego te inveja, nego quer invadir a sua área. E chamar um matador desses é fácil; aí vem um monte num carro, passa por você e te fuzila. Você vai fazer o que? [...] se alguém não sabia que grupo de extermínio é formado por polícia, descobriram isso naquela chacina do ano passado. Por que fizeram aquilo? Matar qualquer um na rua à toa. Eles tava revoltado porque o comandante deles tava dando em cima. Se antes eles não mataram desse jeito deve ser porque os chefe da polícia aceitava que eles matassem do jeito que eles mata.

Ao atacar seu adversário, o criador do “Movimento Comunitário Campos Limpos”, o vereador afirmou que o mesmo atuava como componente de tais grupos de extermínio formados por policiais e bombeiros.

O segundo tipo de justiça, mais “autêntico”, entretanto, é o que o vereador diz ser praticado por um “matador de bairro”. Quase sempre esse é um morador do local – pode até ser um policial ou bombeiro, mas pode também ser um “trabalhador normal revoltado com a bandidagem”. Diferentemente do primeiro tipo de justiceiro, este último é encarado como um “agente social” porque, de acordo com o vereador, matar bandido é um serviço social. E ele se surpreende quando se contesta a validade desse pensamento:

Matar bandido não é serviço social? Você tem que ver como as coisa funciona aqui! Aqui não tem lei não! Aqui você é obrigado a se virar pra tudo e você tá na mira de marginal mesmo, porque não tem ninguém por esse povo não. Se aparece alguém entrando nas casa e barbarizando os pobre daqui, você não acha que é certo um deles se revoltar e sair matando os malandro antes dele tá na sua frente te sacaneando? [...] se eu te falei que até pra gente que é vereador a situação é de ninguém te garantir e você ficar aí por conta de qualquer matador, você imagina como é que é pra esse povo todo daí de dentro. Os malandro chega e eles não tem como se defender. Agora vai dizer que, se eles mata pra se defender, que isso é crime? Crime é o governo não proteger o cara e a família dele e deixar acontecer esse monte de covardia que tem aqui. Se o morador mesmo não se defender ele é que dança, porque aqui não tem dono igual tem em favela não. Aqui, se não tem o matador, era cada um por si mesmo.

O tom irado ao falar dos “bandidos do bairro” e a defesa de seus opositores diretos – os “matadores de bairro” – devem-se, talvez, à convivência íntima que Marcelo Souza experimentou com “as covardias dos vagabundos”. Vítima direta das ações de ladrões que assaltavam seus estabelecimentos comerciais, ele tentou, em sua narrativa, justificar a ação dos moradores que resolvem “fazer justiça com as próprias mãos”, enxergando-se como exemplo de alguém que “nunca deixou de ser do bem”, mas que participou de justiça como forma de proteger-se da “malandragem”. O vereador afirma que “fez o que fez no passado”, agindo em conjunto com alguns outros “trabalhadores”, mas que nunca participou de grupos de extermínio, e reforça a sua crença de que grupos de extermínio são “coisas de policial, segurança e bombeiro”. Nos bairros existem, “de verdade, anjos da guarda que vigiam todos, separa o joio do trigo e limpa o lugar”:

Não é a mesma coisa de sair matando os outro porque disseram pra você que fulano é bandido e te pagaram pra matar. Eu aqui e todos os justiceiro que eu conheço em bairro eles não fazem nada disso não. Eles vive aqui, eles vê o que acontece e aí eles mata só aqueles que sai da linha. Porque o certo é você ser um trabalhador. Pra ser sincero você nem mata tanto assim. Você chama a atenção e coisa e tal e, na maioria, o pessoal sai daqui, se emenda e você as vez só dá um susto, o cara pára porque sabe que a gente não tá brincando. Eles [integrantes de grupos de extermínio] não tão nem aí pra comunidade. Eles são mercenário. Paga, eles ripa e pronto. Não tem essa dele ver quem eles tá matando não. Tá porque eu te falei que matador de bairro faz um serviço social e justiceiro de grupo de extermínio não. As pessoa de fora não sabe das coisa e aí fala demais.

“Falar demais”, para Marcelo Souza, é justamente confundir grupos de extermínio com justiceiros de bairros. Os “anjos da guarda” dos bairros não formam grupos fixos, dispostos unicamente a matar. A ação deles é restrita a alguns bairros ou parcelas de bairros e eles não se mostram capazes sequer de acabar com toda a “covardia” que permeia a Baixada, em contraste com as favelas cariocas, lugares que possuem donos definidos e onde tanto os bandidos quanto os trabalhadores sabem como se conduzir a fim de não infringir “as leis” do lugar. Reagir às covardias, protegendo “trabalhadores”, é a única função dos justiceiros baixadenses, dos quais o vereador Marcelo aceita ser porta-voz.

Sua referência idealizada à estrutura de poder nas favelas cariocas repete-se demasiadamente e permite-nos comparações, sobressaindo destas o fato de não serem os “matadores de bairro” um grupo à parte da comunidade dos moradores, tal como os traficantes que “comandam” as favelas. Nesse microcosmo que é a Baixada Fluminense, a cultura dos matadores não equivale à cultura dos traficantes que se impõem ao conjunto dos habitantes de uma favela, determinando regras e norteando comportamentos através da força, conforme nos mostra Marcos Alvito em um estudo antropológico realizado durante a década de 1990 na favela de Acari (ALVITO, 2001).

Na região da Baixada Fluminense nada de semelhante se verifica nas relações entre “matadores” e “trabalhadores”. É até possível que, em algum momento, um ou mais matadores se imponham, ao conjunto de habitantes de um local, determinando regras como horário de circulação pelas ruas, velocidade máxima dos veículos ou, até mesmo, o pagamento de alguma taxa ou a participação em algum mutirão. Todo morador sabe, entretanto, que é essa uma situação extraordinária e, portanto, passageira:

As vez acontece de um cara, querendo aparecer, virar matador aqui e querer criar regra dele. Aí ele diz que você não pode chegar em casa depois de tal hora, proíbe baile, diz que você daqui não pode passar para o bairro de lá. E teve um até que fez umas faixa e pendurou aí pelos poste, dizendo que ninguém podia chegar depois de nove da noite. Só que a gente aqui tudo sabia que, primeiro, não ia dar pra seguir essa regra estranha, que ia ter que ser na base da conversa. Porque você não pode dizer pro peão que ele não pode fazer hora extra e chegar em casa meia-noite. No início as rua ficou vazia, só que depois foi ficando difícil e terminou o pessoal saindo. Quando ele [o matador] morreu, ninguém mais respeitou isso.²⁵

Não se assiste, então, na Baixada Fluminense uma relação em que os gestos dos matadores são respeitados e imitados pelas “comunidades”. Seria, então, mais próprio pensarmos, com o vereador Marcelo, que os atos dos matadores refletem o que “o seu povo pensa”. A consequência desta idéia é o deslocamento da responsabilidade final pelas mortes de bandidos, dos “matadores de bairro” para os “moradores do bairro”, seja porque os justiceiros são, eles próprios, membros da comunidade – algo de difícil comprovação documental – seja porque as mortes seriam determinadas pela própria população de um local, hábil em pré-selecionar, através de uma “fábrica de fofocas”, aqueles que merecem a morte:

Como eles [os matadores] chega a saber quem é vagabundo? Isso é assim: se você vive aqui, você ouve falar das coisa. Tem aqueles caso de cara que vem de fora perturbar e que não precisa ninguém dizer nada. Eles tão ali pra tocar o horror e você já sabe que o jeito é matar. Só que na maior parte das vez é cara daqui mesmo que faz as merda. Aí você vai ouvir falar deles, das coisa que eles faz e você procura se informar, porque você não vai aceitar qualquer boato, né? Você vai ver e tudo e então vai decidir. Não é assim: alguém falou eu acreditei; não, porque tem muita gente maldosa. Aqui mesmo [em um dos seus centros sociais] vem sempre gente falar dos outro aí assim: “fulano tá fazendo isso”, “o filho de fulano faz aquilo”. Só que as vez é só fofoca, vizinho que briga e inventa pra se vingar. Você tem que prestar atenção, senão roda inocente.

Levados a reboque pelos “trabalhadores”, os justiceiros de bairros não “comandam” uma região, como fazem os traficantes de uma favela. Ao invés de ocupar uma posição central, eles permanecem confinados numa espécie

²⁵ Eduardo Pereira Mota. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006.

de limbo – um “mal necessário” nos bairros periféricos dos municípios da Baixada Fluminense.

Mas, então, como matadores ou ex-matadores de bairro conseguem se eleger vereadores, e até mesmo prefeitos, nesta região? A resposta a tal questão talvez se torne mais fácil quando lembramos que a primeira providência de alguém evidenciado politicamente na Baixada Fluminense, devido ao fato de ser percebido como matador, é construir para si a história de ter iniciado a carreira “limpando o bairro dos vagabundos” e, em algum momento, ter se redimido, abandonando ou mesclando a prática dos justicamentos com os serviços comunitários mais comuns. Não é raro encontrar “ex-matadores” presidindo associações de moradores ou liderando habitantes de bairros periféricos em seus protestos ou na auto-resolução dos incontáveis e costumeiros problemas imediatos.

Falta, a fim de completarmos esse quadro, entender como os personagens principais desse jogo o vivenciam. Os moradores dos bairros da “área” do vereador Marcelo Souza percebem-no não tão essencial às suas vidas como o próprio vereador parece pensar ao afirmar que o medo de seus centros sociais se fecharem move todos a votarem nele e em quem ele indica. Um caráter bastante utilitarista manifestam os discursos populares. Parece que os vereadores e os candidatos são simples viabilizadores do atendimento das demandas crônicas dos bairros periféricos. É muito comum, ainda, a percepção de qualquer candidato ou político em campanha como uma esperança de atendimento de problemas pessoais. Importa pouco a melhoria do bairro, o que faz com que o vereador Marcelo faça bastante sucesso nos locais mais pobres de sua “área”.

O vereador parece ser lembrado sempre pelos mesmos serviços assistenciais: auxílio em operações de esterilização feminina, fornecimento de alimentos, remédios, materiais de construção, roupas, passagens, vestimentas, uniformes para times de futebol são os itens mais lembrados pelos moradores, que têm nos postos de atendimento do vereador o primeiro local para “onde correr quando a coisa aperta”. Todos admitem, porém, que não é somente o vereador Marcelo que assiste às necessidades várias dos moradores e do próprio local, e afirmam que políticos e candidatos possuem como função a diminuição das agruras diárias de “quem é pobre”:

A gente aqui precisa demais das coisa. Quando você não vê um jeito de resolver, você vai recorrer pra político. Tem coisa que você só consegue na época da política. Se você procurar em outra época, você não vai conseguir nada. Só que na época da política você tem mais chance, porque o político serve mesmo pra resolver problema da gente. Se a gente procura em outra época, só consegue com uns que vem mais aqui. Mas na época da política vem um monte e você pode conseguir coisa difícil, tipo operação pra mulher, vaga no colégio de perto de casa. [...] A gente vai procurar aquele que pode ajudar. Você não fica preso nesse ou naquele político. Qualquer serve. Eles vêm fazer campanha e se você não pedir você é bobo, porque se ele quer voto tem que ajudar mesmo.²⁶

As partes habitadas por pessoas mais pobres da área do vereador, onde depoimentos semelhantes a esse facilmente são ouvidos, são também aquelas onde um número muito pequeno de aparelhos urbanos existe. Os serviços assistenciais oferecidos por candidatos e vereadores parecem ser as únicas moedas eleitorais. Se esse comportamento dos eleitores não incomoda de forma definitiva o vereador Marcelo, também não parece ser este o tipo de eleitor que ele considera ideal. A sua experiência indica que somente importa, aos eleitores mais pobres, o oferecimento dos serviços pessoais. Para ele, é mais fiel o morador dos locais onde não residem pessoas muito pobres, e ele atribui a este morador maiores preocupações a respeito do próprio bairro, vistas como mais importantes que aquelas que dizem respeito às necessidades pessoais:

Eu acho que fazer política nos lugares mais pobres, aqui da área, é bem mais complicado, porque aí você não pode contar com ninguém. Você tem que tirar dinheiro do seu bolso e dar pra essa gente. Você tem que ficar pedindo pra médico favor, tipo operação, falar com polícia, que as vez você não conhece, pra liberar alguém e você fica na dependência de muita gente quando vai atender esse povo. Mas aí eles não vota em você assim mesmo. Quando eu vou olhar os voto eu vejo que lá eu tenho menos voto e gasto muito com atendimento o ano todo. Só que quando eu deixo de atender alguém, se eu digo um “não”, eles não lembra tudo que eu fiz antes. Lá qualquer um é votado porque não dá pra controlar lá quem entra e faz campanha. Ninguém bota serviço lá, só que qualquer um procura voto lá e não dá pra controlar.

Relações ideais com os eleitores pressupõem, então, que estes exijam, principalmente, o atendimento às necessidades coletivas, relacionadas com

26 Geraldo Magela Almeida. Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2006.

modificações nas condições urbanas dos bairros. O investimento, nesse caso, não é todo feito pelo vereador, que pode amalgamar o seu papel de executivo com o de interlocutor entre a população e a prefeitura ou algum deputado integrante de seu “grupo político”. A fidelidade eleitoral desse segundo tipo de morador é acentuadamente maior, confirmando a percepção do vereador de que seus investimentos devem beneficiar, principalmente, aqueles que habitam os locais mais “antigos”:

Nos lugares mais antigos, aqui da área, quem mora é geralmente gente que tem uma profissão, que trabalha todo dia, as vez mais um da casa. Eles são pobre, mas tem uma casinha deles mesmo e tem tudo dentro. Eles também procura a gente quando eles tem um problema tipo desemprego, uma operação deles e tal, mas eles te procura mais porque tem um problema lá na rua deles e aí eles diz: “isso aí é um problema da prefeitura, só que a prefeitura não vai vim fazer. Tem que falar com o Marcelo, que ele eles ouve”. Aí eles vem falar, eles liga e eu vou ver. E tem vez que eu resolvo sozinho, ou eu falo lá com um secretário ou com o prefeito, e a obra é feita [...]. Quando eu vou ver os voto desses lugar, é muito pra mim. Aí eu vejo que tenho que continuar ajudando, porque o trabalho que eu faço é mais bem recebido nesses lugar aqui e é mais fácil fazer trabalho social onde você pode contar com o morador, que ele não tá só interessado numa sopa ou no tijolo que você vai dar pra ele. Ele tá querendo ver como é que você vai ver o problema da rua dele.

Se o vereador prefere os moradores “mais antigos”, a visão destes sobre o político é também mais seletiva; são estes moradores responsáveis pela identificação dos candidatos que atuam na “área”. Para eles, o vereador Marcelo assume a posição de alguém identificado com os próprios moradores e responsável direto pela transformação da “área” – de uma roça em um bairro onde existe “luz” e “asfalto”:

Tem muita diferença entre o Marcelo e outro candidato qualquer. Aqui era uma roça mesmo. Tinha muito mato, mais do que tem agora, e não tinha nenhum político aqui que ajudava. Você toda eleição tinha um monte que vinha aqui, pegava o nosso voto, prometia tudo e ia embora sem fazer nada. Depois do Marcelo não. Você vê as coisa que vai aparecendo, o bairro vai mudando e vai ficando diferente da época que não tinha nem luz. Agora tem lugar com asfalto, esgoto. Tem mercado até.

De forma geral, os moradores da “área” do vereador Marcelo, em suas opiniões sobre “os políticos”, não se distinguem da maioria dos proletários baixadenses. Revelam, entretanto, uma percepção específica sobre este “ex-matador” transformado em líder comunitário e, depois, vereador, pela qual ele se distingue dos políticos comuns, que se interessam somente em seu enriquecimento.

Para seus vizinhos, Marcelo Souza é também alguém que está pensando em si quando exerce seu cargo político; porém ele também é visto como o único do município interessado “nas coisas do bairro”, importando pouco se ficou mais rico após ser eleito vereador. O sentimento prevalecente é o de que ele “pertence ao lugar”. É isso um indício da solidariedade não percebida nos demais políticos e de que as condições do lugar continuarão a se alterar na direção da transformação da “área” em algo diferente da “roça” que era até há pouco tempo.

“ISN’T KILLING CRIMINALS A SOCIAL ASSISTANCE?”: POLITICAL CULTURE AND MURDERING AS A PUNISHMENT IN A SUBURB OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO.

ABSTRACT:

This paper describes the conflicts between two popular heads who actuate in the suburb of the State of Rio de Janeiro. The root of the conflicts was the creation of a communitarian activity by one of these heads, seen by the other one as dangerous for being part of a extermination group and for oppressing the people in the neighborhood. These conflicts are the starting-point to discuss the relationship between murdering as a punishment, absence of the State and political actions used for the proletarian class residing in the area.

KEY-WORDS: *Rio de Janeiro. Political Culture. Murdering as a Punishment.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, M. **As cores de Acari:** uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALVITO, M. Um bicho de sete-cabeças. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 181-208.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 233-276.

LOUZEIRO, J. **Mito em chamas**: a lenda do justiceiro Mão Branca. São Paulo: Moderna, 1997.

RIBEIRO, E.; CANO, I., SENTO-SÉ, J. T.; LÁZARO, M. **A incidência da violência na Baixada Fluminense**. Impunidade na Baixada Fluminense. Disponível em <<http://www.global.org.br/docs/relatoriobaixada.doc>> Acesso em 10 fev. 2006.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela. com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.